

LONDRES 2012 E RIO DE JANEIRO 2016:

Conceito e Realidade na Produção da Cidade Olímpica

Gilmar Mascarenhas*

Resumo: atualmente é impossível ignorar a importância dos grandes eventos esportivos na ideologia que move o debate da “reestruturação urbana”. Propomos discutir o “modelo Barcelona” que influenciou as candidaturas de Londres e Rio de Janeiro. O projeto de Londres foi focado principalmente na regeneração urbana de uma antiga área industrial (o "brownfield" em Stratford). O projeto olímpico Rio de Janeiro se assemelha muito mais ao de Pequim 2008: orçamento elevado, despejos violentos em grande escala e monumentalidade extravagante. Pretendemos analisar o nível de influência do modelo de Barcelona, identificando algumas semelhanças e diferenças entre Londres e Rio de Janeiro.

Palavras-chave: cidade olímpica; conflitos urbanos; Londres; Rio de Janeiro.

LONDON 2012 AND RIO DE JANEIRO 2016: CONCEPT AND REALITY IN PRODUCTION OF OLYMPIC CITY

Abstract: Nowadays, it is impossible to ignore the importance of sports mega-events in the ideology of urban restructuring. This paper proposes to discuss the "Barcelona model", which influenced both Rio de Janeiro and London's bid. The Olympic project of London was mainly focused on urban regeneration of an old industrial area (the brownfield at Stratford). The olympic project of Rio de Janeiro seems to be more like the "Spectacular Beijing": strong budget, large-scale violent evictions and monumentality. It was intend to examine the level of influence of the Barcelona model and to identify some similarities and differences between London and Rio de Janeiro.

Key-words: olympic city; urban conflicts; London; Rio de Janeiro.

LONDRES 2012 Y RIO DE JANEIRO 2016: CONCEPTO Y REALIDAD EN LA PRODUCCIÓN DE LA CIUDAD OLÍMPICA

Resumen: actualmente, es imposible ignorar la importancia de los grandes eventos deportivos en la ideología de la reestructuración urbana. Nos proponemos discutir el "modelo Barcelona", el cual

* Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

influyó en las candidaturas olímpicas de Río de Janeiro y de Londres. El proyecto de Londres se centró principalmente en la regeneración urbana de una antigua zona industrial (el brownfield en Stratford). Río de Janeiro se asemeja al "Spectacular Beijing": presupuesto elevado, desalojos violentos a gran escala y monumentalidad. Tenemos la intención de examinar el nivel de influencia del modelo Barcelona, para identificar las similitudes y diferencias entre Londres e Rio de Janeiro.

Palabras claves: ciudad olímpica; conflictos urbanos; Londres; Rio de Janeiro.

Introdução

Os Grandes Eventos Esportivos da atualidade se definem por um conjunto de competições periódicas, geralmente quadrienais, que vêm apresentando há décadas crescimento constante e elevada capacidade de impactar as cidades onde são realizados, sobretudo em se tratando dos Jogos Olímpicos de Verão. Nesse sentido, conferem ao pesquisador a oportunidade de refletir sobre temas mais amplos como globalização e guerra dos lugares, movimentos sociais e territorialidades, cidadania e gestão urbana, *city marketing*, dentre outros.

Atualmente, realizar megaeventos esportivos implica a articulação de complexo concerto logístico e ampla coalizão política. Para conquistar o direito de se tornar provisoriamente o grande "centro midiático global", as cidades se esmeram na construção de projetos fabulosos, com inquestionável poder de transformação sobre os espaços onde são realizados. Enquanto grandes projetos de desenvolvimento urbano que visam legitimação (construir um "legado"), também representam uma oportunidade para pensar e enfrentar crônicos problemas da cidade.

O que chamamos de "produção da cidade olímpica" envolve pelo menos quatro dimensões fundamentais e articuladas entre si:

1) A dimensão físico-territorial, expressa na infraestrutura urbana requerida pelo megaevento. Um conjunto de transformações na materialidade da cidade, no sentido de dotá-la de equipamentos específicos (esportivos e de alojamento provisório), e condições também específicas de acessibilidade, externa e interna.

2) A dimensão político-institucional, expressa na coalizão de forças e interesses, desde a formatação do dossiê de candidatura à implementação das medidas, através da formação de uma entidade gestora temporária, o que requer quase sempre a imposição de excepcional supressão da legalidade na gestão do urbano.

3) A dimensão cidadã, que compreende os direitos humanos e o envolvimento da sociedade civil, bem como sua contestação aos projetos, aos desrespeitos para com as comunidades e aos privilégios concedidos à “família olímpica”.

4) A dimensão simbólica, expressa na retórica legitimadora do evento e seu legado, no *city marketing*, na manipulação da positividade dos valores esportivos e “olímpicos” e nos elementos do discurso “patriótico” da cidade.

A partir da reflexão acumulada em quase dez anos de investigação acerca do “urbanismo olímpico” (MASCARENHAS, 2004), e do exame de novas empirias em curso, pretendemos colocar em debate as experiências mais recentes de produção da cidade olímpica e a influencia de Barcelona como paradigma. Tomaremos o caso de Londres (2012) e do Rio de Janeiro em sua preparação para os Jogos de 2016, para averiguar como as dimensões supracitadas compuseram quadros singulares e como tais quadros podem ser remetidos a experiências anteriores em outros lugares, bem como nos reportar a existência de novas tendências na produção da cidade olímpica. Sendo profundamente imbricadas, todas as dimensões serão consideradas, no entanto, ênfase especial será concedida à dimensão físico-territorial.

O texto se divide em três segmentos. O primeiro dedicado a reflexões sobre o modelo Barcelona; o segundo analisa o caso de Londres 2012, e o terceiro aborda o caso do Rio de Janeiro 2016.

1 - O caso de Barcelona: discurso e realidade

Os Jogos Olímpicos de Barcelona devem ser compreendidos dentro de seu contexto histórico. Temos por um lado um país em pleno processo de redemocratização, após décadas de ditadura franquista; que vive também um momento econômico privilegiado, pela recente inserção no bloco europeu. Por outro lado, no contexto regional catalão, presenciamos a cidade de Barcelona em movimento de afirmação metropolitana, ratificando sua identidade cosmopolita e ao mesmo tempo mediterrânea, com forte anseio de projeção internacional. Uma cidade que vivenciava nos anos 1980 uma experiência de planejamento que a tornou referência nos debates urbanísticos.

Por outro lado, temos, na mesma época, o processo de transição profunda no urbanismo olímpico. Os Jogos de Los Angeles (1984) representam um marco na evolução da experiência urbanística olímpica, e na própria concepção e organização dos jogos. Tal mudança se insere no contexto mundial da década de 1980, que marcou para sempre a trajetória do socialismo e do estado de bem-estar social. A ascensão de governos de corte neoliberal (com destaque para Ronald Reagan nos EUA e Margareth Thatcher no Reino Unido) sinalizava um novo momento histórico, de recuo das políticas públicas de interesse social em favor do mercado, no que diversos autores definem como modo de acumulação pós-fordista (HARVEY, 1996).

O esporte, como qualquer outra dimensão da vida econômica e social, não poderia deixar de sofrer impactos destes novos ventos. O COI (Comitê Olímpico Internacional), capitaneado pelo catalão Juan Antonio Samaranch, bem como a FIFA (sob a direção do brasileiro João Havelange) se reestruturam, no sentido de multiplicar os recursos financeiros, especialmente através do marketing agressivo das marcas esportivas e da negociação de direitos de transmissão dos seus eventos. Inicia-se então um novo período para o urbanismo olímpico, no qual os Jogos de Barcelona se inserem, ainda que de forma peculiar, conforme veremos adiante¹.

¹ Ambos presidiram por longo período as respectivas entidades. Samaranch esteve a frente do COI de 1980 a 2001, gestão somente superada em duração pelo lendário Barão de Coubertin, criador dos Jogos Olímpicos na era moderna, que presidiu a entidade de 1896 a 1925.

Quando a cidade conquistou, em 1986, o direito de sediar os Jogos Olímpicos de 1992, já funcionava há pelo menos quatro anos no setor de gestão urbanística da municipalidade uma equipe organizada para pensar os espaços olímpicos (TELLO, 1993: 107). Portanto, desde o início dos anos oitenta o poder local percebia a possibilidade de realizar este grande evento como estratégia para empreender as intervenções urbanísticas previstas no “Plan General de Ordenación Urbana del Area Metropolitana de Barcelona”, formulado em 1976, e seguramente conduzido e liderado pelo urbanista Oriol Bohigas.

O referido plano previa a aquisição de terrenos privados para cobrir o imenso déficit de equipamentos de uso coletivo e espaços públicos, herança de décadas de ditadura franquista e crise econômica. Os recursos públicos, todavia, não eram suficientes para a dimensão e alcance das intervenções previstas no plano, de forma que a cidade recorreu mais uma vez ao velho expediente de captação de recursos através de grandes eventos, a exemplo do que ocorrera nas grandes exposições de 1888 e 1929.² Assim nasceu o projeto olímpico em Barcelona.

Até meados dos anos oitenta, a gestão urbana seguiu o referido plano em detalhes, realizando intervenções locais diversas, com ênfase na recuperação do centro histórico. A partir de 1986, com a conquista do direito de sediar os Jogos Olímpicos, surge a “segunda modernidade de Barcelona” (a primeira seria a grande reforma urbana do Plano Cerdá) (Jauhiainen, 1994). A perspectiva de realização das Olimpíadas mudou completamente a tônica e o alcance da gestão urbana: mudanças estruturais, espetaculares e formação de novas centralidades no âmbito metropolitano. Segundo Jauhiainen (1994: 47-48), a imagem passou a ser mais importante que a realidade, e o governo regional catalão (a Generalitat), “direitista”, se impôs gradativamente ao projeto “esquerdista” do governo metropolitano³.

² Nas palavras de Rosa Tello (1993:104), Madrid sempre contou com recursos do poder central, ao contrário de Barcelona. Mesmo Sevilha fora recentemente beneficiada pelo governo espanhol, com a implantação da conexão ferroviária de alta velocidade Sevilha-Madrid, e diversos investimentos na cidade.

³ Visão menos crítica apresentam Tello (1993) e Carreras e Tello (1998). Mas Jauhiainen lamenta justamente a falta de análises profundas e críticas acerca do urbanismo catalão, festejado mundialmente como paradigma e gerador de inúmeros artigos e livros que não passariam de “a post-modern narrative fiction” (op.cit. p.49).

O fato é que os jogos propiciaram uma grande concentração de recursos públicos e privados, e sem dúvida estes foram investidos em infraestrutura urbana, seguindo os princípios e objetivos gerais do plano metropolitano de 1976, com sua visão holística, seu conteúdo relativamente democrático e seu propósito de projeção internacional e reinserção de Barcelona na rede de grandes cidades européias, especializando como centro de gestão e de serviços avançados.

Em linhas gerais, o projeto olímpico não privilegiou o esporte ou o evento em si, e sim a cidade como um todo. Sete foram seus eixos mestres, de acordo com CARRERAS e TELLO (1998), que esquematizamos e resumimos a seguir:

- A revitalização do centro histórico, descompactando sua trama medieval, abrindo espaços públicos e refuncionalizando inúmeros edifícios;
- A recuperação da zona costeira, fachada da cidade, reinserindo-a na vida social urbana, através do incentivo ao uso residencial e da implantação de atrativos turísticos e de lazer;
- Alteração no uso do solo, gerando parques urbanos, novas centralidades e monumentalidades na periferia, e recuperação/refuncionalização de equipamentos obsoletos, como fábricas fechadas, terminais ferroviários subutilizados etc.;
- O impacto das novas tecnologias, sobretudo no âmbito das comunicações, expandindo a rede de fibra ótica e as possibilidades de uso da telefonia móvel, mas também na formação de incubadoras de empresas;
- A melhoria na infraestrutura de acesso, construindo túneis,anel viário, ampliação da rede de metrô (rumo à periferia), enquanto na área central se multiplicaram as vias de uso exclusivo pedestre;
- Implantação de grandes equipamentos urbanos em toda a área metropolitana, voltados para o esporte, a arte e a cultura em geral, além da expansão fundamental da rede de esgoto;
- A ênfase nas políticas sociais, embora sem contornar satisfatoriamente os déficits de moradia e a questão da segurança pública;

Neste sentido, pode-se afirmar que os Jogos Olímpicos de 1992 permitiram a realização de amplas melhorias urbanas em Barcelona.

Examinando as intervenções urbanísticas diretamente voltadas para o evento, percebemos que a Vila Olímpica de Barcelona, muito bem equipada e provida de amenidades naturais como a posição litorânea, expressa o propósito de revitalização costeira e da área antiga da cidade. O fato de constituir iniciativa privada certamente condicionou a natureza essencial do projeto: a gentrificação. Um bairro industrial decadente, porém vivo, com sua população pauperizada, que foi removida integralmente, para dar lugar a um bairro luxuoso.

Importante frisar a perspectiva do “equilíbrio urbano”, ou seja, a preocupação com a distribuição espacial das instalações, de forma a contemplar a cidade como um todo, e não privilegiar uma determinada zona ou bairro: de fato, em vez de realizar a clássica construção de um grande parque olímpico, Barcelona optou pela desconcentração, criando quatro parques menores, espalhados pela cidade. Dessa forma, evitou instalações superdimensionadas, condenadas à condição de “elefantes brancos” após o final dos jogos.⁴ Instalações específicas, como o ginásio de basquetebol, o de hóquei e o estádio de beisebol, foram edificadas em pequenas cidades vizinhas (respectivamente Badalona, Terrassa e Viladecans), carentes deste tipo de equipamento (TRUÑÓ, 1996: 55). Vale registrar que, dos 43 equipamentos utilizados durante o evento, apenas 15 foram construídos na ocasião. Em outras palavras, privilegiou-se o aproveitamento do parque esportivo já existente, remodelando-o quando necessário, reduzindo assim o custo do evento (TRUÑÓ, 1996: 53).

O urbanista Lluís Millet explica que desde a redemocratização do país (período pós-franquismo) no final dos anos 1970, havia a preocupação com o fato de Barcelona historicamente ter concentrado em sua zona oeste (bairros nobres, aeroporto e balneários famosos) a maior parte dos investimentos públicos, em detrimento da zona leste, operária e industrial, carente de infra-estrutura, gerando assim uma cidade desigual (MILLET, 1996: 236). Informa ainda que

⁴ Vale frisar que, das vinte instalações construídas para os Jogos Olímpicos de Atenas (2004), apenas duas vêm recebendo uso efetivo (*O Globo*, 15/03/2005).

(...) ocorreram pressões enormes para situar os grandes conjuntos olímpicos perto do aeroporto, uma área nova de colonização. Havia interesses especulativos, havia interesses particulares de pessoas ligadas à própria organização da olimpíada. Foi, digamos, realmente um exercício democrático o de não cedermos a estas pressões (...) dando à cidade aquilo que o crescimento urbano dos últimos 40 anos a havia negado (...) a operação de Barcelona foi de reconquista da cidade, uma operação de renovação urbana. (MILLET, 1996: 31).

Em síntese, o urbanismo olímpico dos jogos de 1992 reflete de um modo geral a nova era: articulação de interesses privados, monumentalidade e projeção urbana. Mas Barcelona contava com um plano diretor, de âmbito metropolitano, gerado no contexto da redemocratização espanhola, e realizou a façanha de conjugar a natureza e exigências dos jogos com os objetivos fundamentais da gestão urbana. Vejamos a seguir o caso do Rio de Janeiro, que apenas esboçou seguir os passos da experiência catalã.

II – Londres 2012: desnudando o modelo, entre a promessa e o legado

Os Jogos de Londres elegeram a zona leste como palco central dos acontecimentos e dos investimentos. Decisão locacional que surpreendeu a muitos, considerando a persistente dicotomia econômica e social no espaço urbano londrino.

Para melhor compreender o significado da zona leste no contexto atual de Londres, é preciso recuar um pouco no tempo, no processo histórico de produção do espaço metropolitano. No início do século XIX, quando era considerada a maior cidade do mundo, os efeitos da revolução industrial já se faziam sentir claramente na estruturação do espaço urbano londrino. As fábricas se concentravam sobretudo ao norte da *City*, numa espécie de primeiro cinturão fabril. Todavia, o advento e a rápida expansão das ferrovias, a partir de 1830, favoreceram a dispersão do espaço fabril e o surgimento de novos padrões locacionais, fugindo dos elevados preços da terra urbana no entorno imediato do centro (HOGGART e GREEN, 1991: 19) de forma que já no final deste século, o leste londrino tornou-se marcadamente a principal zona industrial da cidade. O bairro de Stratford (onde se inserirá mais tarde o Parque Olímpico de 2012) compõe esta zona.

Londres foi a capital de um vasto império durante o século XIX, aglomerando milhões de habitantes num cenário inédito de concentração espacial de riqueza, monumentalidade e níveis de pobreza extrema. Enquanto o leste (seguido pelo norte londrino) concentra as zonas proletárias altamente precarizadas, o oeste se consagra como o lado oposto e reluzente da capital. Ali se concentram os principais parques urbanos, os palácios, as residências imperiais. Há séculos as elites elegeram o oeste como zona especial de amenidades, distanciando-se do barulho e odores das docas e das manufaturas. Políticas urbanas foram paulatinamente consolidando esta segregação espacial, removendo núcleos de pobreza e criando locais emblemáticos como o Hyde Park, onde foi realizada a Grande Exposição de 1851. Em linhas gerais, este padrão espacial dicotômico se conserva até os dias atuais.

As últimas três décadas trouxeram novos elementos ao arranjo espacial londrino. A desindustrialização, o desmonte do welfare state e o “renascimento de Londres” (como grande centro financeiro) colocou o leste em foco: pobreza, convulsões e proximidade da reluzente zona de Canary Wharf. Vários projetos, desde a década de 1980, voltados para habitação social e transporte público, não foram implementados, pois no novo cenário de gestão neoliberal, as demandas básicas de investimento em infraestrutura na zona leste, (tais como um aprovado projeto de expansão da linha Jubilee, do metrô) deveriam aguardar o interesse privado, já que somente com volumes substanciais de apoio empresarial este projeto seria executado (HOGGART e GREEN, 1991: 149). Em suma, a era “tatcheriana” viria comprometer ainda mais as condições precárias da zona leste e de outros bolsões de pobreza na cidade, que serão igualmente palco das principais revoltas na década de 1980 (HOGGART e GREEN, 1991: 225).

Nesta conjuntura adversa de precarização, crescente abandono dos serviços públicos essenciais e, portanto, de preocupante crescimento da polarização socioeconômica, foi eleito no ano 2000, para a prefeitura londrina, um candidato independente, oriundo do Labour Party, mas que deste havia se afastado por dissidências ideológicas: Ken Livingstone. Este propunha uma atitude mais “à esquerda” em relação ao novo tom do partido, que sustentava o então badalado Primeiro Ministro Tony Blair, eleito três anos

antes. Contando com vasto apoio dos movimentos sociais, Livingstone empreendeu um novo sentido à gestão urbana, embora atuando dentro de limites severos impostos pela conjuntura política nacional, pela condição de “cidade mundial” e sobretudo pelos ditames da “globalização neoliberal”, conforme apontou Doreen MASSEY (2007). A implantação de um sistema unificado para o uso dos transportes públicos da Grande Londres, de especial favorecimento às camadas populares, é considerado um dos marcos do tom distributivista de sua gestão.

O projeto de candidatura de Londres aos Jogos Olímpicos foi concebido em sua primeira gestão (2000-2004). Não pretendemos aqui investigar quais instituições e agentes concretos estiveram envolvidos neste debate e neste projeto, mas podemos afirmar que os principais agentes do movimento olímpico britânico estavam não apenas bastante interessados em acolher os jogos, mas sobretudo convencidos de que para conquistar este direito deveriam apostar numa cidade do porte de Londres. Na década anterior, duas candidaturas inglesas haviam sido preteridas: Manchester e Birmingham, em favor de candidaturas oriundas de centros urbanos de maior porte. As mudanças em curso no universo dos jogos e do urbanismo olímpico apontavam para a realização de megaprojetos de elevados custos, bem como a estratégia de preferência por cidades mais importantes no cenário mundial.

Os organizadores dos jogos, reunidos na Olympic Delivery Authority (O.D.A.), jamais negaram ter em Barcelona a inspiração principal, por sua capacidade de regeneração urbana e seu “planejamento de longo prazo que colocou a cidade em novo rumo” (BARRET e DYCKHOFF, 2012: 24). Tendo sido realizada no ano seguinte à desastrosa experiência olímpica de Atenas (2004), e tendo já em vista os Jogos de Pequim (2008) a anunciar um modelo dispendioso, monumental e antipopular, a escolha da sede de 2012 foi marcada por este quadro de pressões e riscos de desgaste da imagem do movimento olímpico internacional. Nesta conjuntura delicada, a candidatura londrina, fundada no discurso da sustentabilidade e no modelo Barcelona, já seria por si palatável ao Comitê Olímpico Internacional. Mais do que isso, Londres anunciava a preocupação social para com os pobres, ao eleger uma área periférica e deprimida para ser o centro dos jogos, e por eles ser completamente regenerada. E com baixo

índice de remoções de residentes, sendo o local ocupado majoritariamente por galpões e fábricas fechadas, além de terrenos “contaminados”, como um típico “Brownfield”.

Stratford, o local escolhido, situa-se na empobrecida zona leste, predominantemente ocupado por população imigrante de baixa renda. Numa cidade que historicamente elegeu as zonas oeste e sul como as privilegiadas, dotadas de amplos parques, residência real, campos de golfe e outros equipamentos nobres, foi sem dúvida surpreendente o anúncio da escolha de Stratford para acolher o evento. E a partir dos jogos o local se redefiniu, tornando-se um novo subcentro na metrópole.

Mas os Jogos de 2012 também dialogam, de alguma forma, com o projeto maior, gestado nos anos do “thatcherismo”, que tornou Londres uma verdadeira “global city”, centro financeiro de primeiro escalão. A proclamada “reinvenção de Londres”, conforme advertiu Doreen MASSEY (2007: 62), apostava sua retórica numa troca simples e muito “benéfica”: substituir o velho proletariado fabril e os estivadores por uma nova classe trabalhadora, moderna, limpa e bem vestida, ocupada no terciário superior, em especial no setor financeiro. Apenas esqueceram de avisar que esta mudança implicava em uma elevação brutal dos preços da terra urbana e portanto maior periferização dos pobres, estes aliás, excluídos do novo mercado de trabalho. A Londres reinventada pelos liberais é uma cidade dividida (MASSEY, 2007: 72), entre a vitrine reluzente do moderno e as zonas obscuras da pobreza e desemprego.

Estivemos na cidade, em julho e em setembro de 2012, portanto durante e logo após o evento. A sociedade civil não chegou a produzir uma reação consistente de crítica aos jogos.⁵ Apenas alguns aspectos pontuais foram alvo de questionamento. Comparando a situação aos níveis de reação popular registrados recentemente na África do Sul (Copa do Mundo 2010), Vancouver (Jogos Olímpicos de Inverno, 2010) e no Brasil (para a Copa 2014 e Olimpíadas 2016), nos pareceu modesto o nível de mobilização e

⁵ O site “Games Monitor” concentra as queixas e mobilizações. A militarização do espaço urbano aparece como um dos temas mais abordados durante os Jogos. Atualmente, o foco está no legado do Parque Olímpico. Outros temas, menos relacionados ao espaço urbano, foram alvo de importantes manifestações nas ruas, como o fato de o COI ter como “sponsor” a Dow Chemical, indústria química associada ao desastre de Bhopal. Militantes demandaram que os Jogos tivessem apenas “sponsors” ecológica e socialmente referenciados.

contestação londrinos. O fato de ter havido um número relativamente pequeno de remoções ajuda a entender, bem como a melhoria do sistema de transporte público em zona periférica e abandonada no contexto da metrópole. Em entrevista a nós concedida, a geógrafa Doreen Massey adiciona outro fator: a popularidade de Ken Livingstone, que permaneceu no governo municipal entre 2000 e 2008, portanto no contexto de formatação e implementação inicial do projeto urbano para os jogos.

Em suma, Londres 2012 supera Barcelona em termos de legado: em ambos os casos a periferia metropolitana conquistou melhorias, mas em Londres foi bem menor o índice de desapropriações. Não podemos ainda, todavia, avaliar completamente o legado de 2012, posto que o futuro do parque olímpico é ainda uma incógnita, bem como o processo de renovação urbana e aceleração da valorização imobiliária que poderá vir a ocorrer em Stratford, numa extensão rumo ao norte do processo de Canary Wharf, que gentrificou de forma violenta trecho da antiga zona portuária, gerando a nova paisagem do East End. Entre Stratford e esta zona, uma via já exhibe intensa gentrificação, com hotéis de famosas cadeias internacionais e edifícios de negócios: a Stratford High Street.

III – Rio de Janeiro: projeto revanchista e espetacular

Para entender o projeto olímpico carioca devemos retroceder a 1992, quando foi firmado acordo de cooperação (a Declaração Rio-Barcelona 1992), prevendo uma agenda de operações conjuntas, incluindo a elaboração de estratégias de desenvolvimento. A consultoria catalã, inspirada na retórica empreendedorista de Castells e Jordi Borja, se fez presente na elaboração da estratégia de desenvolver a cidade a partir da realização de eventos globais, como as Olimpíadas.

E assim a cidade do Rio de Janeiro se candidatou aos Jogos Olímpicos de 2004. Naquele ano de 1996, a cidade encontrava-se sob a gestão de César Maia, prefeito eleito com base no discurso da ordem moralizante, da segurança pública e da retomada do crescimento econômico, receituário que na mesma época Neil Smith (1996) definiu como o da “cidade revanchista”, a partir da experiência de Nova Iorque.

Em circunstâncias distintas das que geraram mais tarde o projeto de realização dos Jogos Pan-americanos de 2007 e o projeto olímpico 2016, a elaboração do projeto de candidatura contou com relativa participação de segmentos da sociedade civil organizada, resultando numa perspectiva de intervenção urbanística pautada na redistribuição espacial dos recursos e equipamentos, para tornar a cidade menos perversa em sua geografia social. Naquela ocasião, contamos evidentemente com as recomendações catalãs, que nos trouxeram a perspectiva do “equilíbrio urbano”, ou seja, a preocupação com a distribuição espacial das instalações e o princípio de priorizar o uso de terras públicas para desonerar o evento.

“O projeto olímpico 2016, em grande parte, reproduz esta perspectiva de cidade, de Jogos Olímpicos ‘espetaculares’. Governo autoritário, baseado em instâncias decisórias fugazes, com mínima transparência”

Pelo projeto, a então abandonada Ilha do Fundão teria adquirido um aproveitamento intensivo de seus vastos espaços, tornando-se privilegiada concentração de equipamentos esportivo-recreativos. Nela seria construída a vila olímpica e grande número de instalações esportivas. Vale ressaltar que tal infraestrutura estaria ao alcance de segmentos sociais de baixa renda que habitam o entorno imediato da Ilha, medida salutar face à

crônica carência de opções de lazer para os habitantes da zona norte da cidade, que não desfrutou historicamente dos caudalosos investimentos públicos da zona sul, nem apresenta a morfologia moderna e descompacta da zona oeste, para onde se dirigem atualmente muitas das iniciativas no setor de lazer.

Perdeu-se, todavia, aquela disputa para Atenas, mas a cidade do Rio de Janeiro conquistou em 2002 o direito de sediar um evento olímpico de menor porte: os Jogos Pan-americanos de 2007. O que se nota é que o planejamento urbano que envolve este evento apresenta princípios bastante distintos daqueles que nortearam a candidatura anterior. Desta vez, sem qualquer canal de negociação com a sociedade civil, e movida por um urbanismo *mercadófilo*, a gestão da cidade se orienta no sentido de atender os diversos interesses empresariais, concentrando em área nobre

(entorno da Barra da Tijuca) a maior parte dos investimentos: a vila olímpica e a maioria das instalações esportivas.

O projeto olímpico 2016, em grande parte, reproduz esta perspectiva de cidade, de Jogos Olímpicos “espetaculares”. Governo autoritário, baseado em instâncias decisórias fugazes, com mínima transparência, de modo que a dimensão político-institucional se manteve basicamente a mesma que produziu o Pan-2007, a exceção de um detalhe fundamental: se fortaleceu a partir da inédita coalizão nos três níveis de governo (local, estadual e nacional). Esmagada pelo poderio de tal coalizão, a dimensão cidadã foi desvalorizada, mas se ergueu através da mobilização popular: através do Comitê Social do Pan (atuante de 2005 a 2009) e do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas (de 2009 aos dias de hoje). A dimensão simbólica, por sua vez, manteve a concepção dominante já presente em 2007: o mito do evento capaz de salvar e alavancar a economia urbana e o esporte como portador inequívoco de uma mensagem de saúde, regeneração, alegria, vigor e disciplina.

Com relação à dimensão físico-territorial, manteve-se o desprezo absoluto pela periferia metropolitana e a concentração espacial das instalações no entorno da Barra da Tijuca. O projeto, todavia, sofreu alteração significativa mesmo após a confirmação da cidade como sede dos jogos: através de poderosa articulação entre o setor empresarial e órgãos governamentais, foi gerado um grande projeto de reforma da zona portuária da cidade. Como pretexto para empreender estas transformações, decidiu-se que ali seriam instaladas as vilas de mídia e de árbitros. Considerando que o conjunto das demais instalações já foram alvo de estudos e publicações (BIENESTEIN et al, 2012), e basicamente consolidam o modelo adotado no Pan-2007, nos deteremos desta vez apenas na zona portuária.

Na primeira década do século XX, a cidade construiu seu moderno porto, aterrando todo o entrecortado trecho litorâneo preexistente, repleto de colinas e pequenas praias, criando um retilíneo corredor de quatro quilômetros de extensão. Em 1940, a abertura da Avenida Presidente Vargas contribuiu para isolar a zona em relação ao centro da cidade que se verticalizava, gerando um contraste paisagístico entre este e a

zona portuária, com seu casario colonial, velhas igrejas e atividade econômica pautada em pequenas unidades remanescentes do primeiro surto industrial carioca e na estiva. Considerada zona obsoleta desde o início do processo de modernização (containerização), preenchida em grande parte por galpões abandonados e habitação de baixa renda, a zona portuária há muito vinha despertando a cobiça empresarial, interessada em modelos e experiências internacionais considerados bem sucedidos de reforma/requalificação/revitalização/renovação (terminologia desprovida de conteúdo crítico) das áreas portuárias (Baltimore, Londres, Puerto Madero e tantas outras). E assim, o Rio de Janeiro, aproveitando a febril conjuntura “olímpica”, propõe a retomada do contato com a orla, sofisticação e monumentalidades, sob a denominação de Projeto Porto Maravilha. Sem abrir canais de diálogo com a população residente ou com entidades da sociedade civil carioca, o projeto constitui um gigantesco pacote de intervenções.

Na retórica do empreendedorismo urbano, aplica-se amiúde a expressão “janelas de oportunidade” para grandes negócios. De fato, os Jogos Olímpicos propiciaram ao grande capital um contexto único para “invadir” a zona portuária, contando com amplos recursos públicos e facilidades de investimento. Nesse processo avassalador, a remoção de moradores adquire tons dramáticos, sobretudo no Morro da Providência. Para além da zona portuária, amplos espaços da cidade têm sido alvo de intervenções, com índices inéditos de desapropriações e remoções, especialmente para a construção de corredores viários.

Pela amplitude das intervenções e pela limitação deste artigo, não podemos ir além destas breves notas. Vale frisar que, em grande medida, o projeto Rio 2016 se aproxima muito mais do “modelo Pequim 2008”, do que de qualquer outro na história do urbanismo olímpico, pela ênfase na monumentalidade, pela abrangência das intervenções, pela natureza autoritária do projeto. São um retrato da atual fase neodesenvolvimentista do Brasil.

Conclusão

A partir da década de 1980, em função da radical reestruturação do movimento olímpico, no sentido da aliança aberta e irrestrita com a grande mídia e o grande capital, os Jogos passaram a se articular com o modelo emergente de planejamento urbano de corte neoliberal. Neste sentido, passaram a impactar mais as cidades e a apresentar orçamentos gigantescos, comprometendo de forma crescente os recursos públicos. A recorrência de eventos espetaculares e dispendiosos, em sintonia com poderosos interesses imobiliários locais, além de gerar maciças remoções de populações marginais, produziam encarecimento da terra urbana e instalações esportivas sofisticadas que, muitas vezes, após o evento, estavam condenadas ao desuso, como “elefantes brancos”.

Este cenário produziu debates e críticas, que resultaram no crescimento do movimento antiolímpico. O desgaste da imagem do olimpismo, não interessando ao Comitê Olímpico Internacional, deveria ser, portanto, administrado. Em resposta, a partir do ano 2000, torna-se preocupação central do movimento olímpico a produção de um “legado positivo” em cada evento. E Barcelona passa a ser considerado o modelo ideal de realização olímpica.

O urbanismo olímpico de Barcelona 92 tem, obviamente, o seu apelo ao mercado além de todas as peculiaridades locais, mas sem dúvida alguma corresponde a uma experiência significativa de desenvolvimento urbano fundado em algumas preocupações sociais e de integração do espaço urbano. Comparada à lamentável experiência em curso no Rio de Janeiro, podemos apontar o caso catalão como menos autoritário. Houve cooperação técnica ente as cidades. Mas a apropriação do modelo esbarrou nos limites de nossa precária cidadania e nas muralhas de nosso ainda selvagem capitalismo.

Em 2005, na esteira desta nova “orientação” do olimpismo, a candidatura de Londres foi vitoriosa, por seu projeto que articulava “recuperação de áreas decadentes e periféricas” e sua inspiração em Barcelona. A edição anterior, atendendo a poderosos

interesses econômicos e geopolíticos, desgastara a imagem olímpica pelos gastos chineses exorbitantes.

Na edição seguinte aos Jogos de Londres, todavia, novamente os interesses econômicos mais imediatos prevalecem, e percebem no Brasil, potência emergente, interessante mercado de expansão, incluindo uma América Latina também em franco crescimento (MASCARENHAS et al, 2011). Londres e Rio de Janeiro, de alguma forma, refletem a “balança” olímpica, que ora pende para a manutenção de sua imagem que permitirá sustentabilidade de seus lucros em longo prazo, ora pende para ganhos mais imediatos.

Os Jogos de Londres, por isso, representam a faceta pretensamente mais social e “ambientalista” do discurso olímpico. O fato de ter sido concebido no âmbito de um governo socialista (outra semelhança com Barcelona) confere ao projeto elementos muito distintos do verificado no Rio de Janeiro, onde uma gestão assumidamente mercadofila é a mentora do projeto olímpico.

Vimos que, a princípio, os jogos londrinos beneficiaram uma zona degradada, inserida na periferia desindustrializada e de populações migrantes, trazendo modernização de infraestrutura, e sem promover maiores remoções de moradores. Todavia, é cedo para avaliar seu legado mais profundamente, uma vez que pode se formar no local uma extensão do processo de valorização imobiliária verificado no East End, imediatamente ao sul de Stratford.

No Rio de Janeiro, para além da dimensão político-institucional supracitada, temos outro aspecto no qual se distancia de Londres e Barcelona, e se aproxima da via de acumulação espetacular de Pequim: os impactos na materialidade urbana são muito maiores que em Londres. Aliás, os Jogos de 2012 custaram aproximadamente quinze bilhões de dólares, menos da metade do gasto de Pequim 2008. Muito rara esta inflexão na curva de crescimento do custo dos Jogos Olímpicos: “austeridade” premiada, pois atende a preocupação para com a imagem do movimento olímpico. O Rio de Janeiro certamente gastará muito mais que a edição de Londres.

O Rio de Janeiro, apesar da consultoria catalã, dela herdou apenas o modelo de apropriação e valorização de zonas marítimas para fins de gentrificação e

turistificação. Com o diferencial de fazê-lo em área muito maior, com impacto muito mais profundo. Portanto, mais próximo do “modelo Pequim”. Não apenas no volume de recursos, mas no espírito autoritário, pelo uso da força e desrespeito aos direitos humanos, sobretudo no quesito habitação e na ausência de canais democráticos de participação política. As Unidades de Polícia Pacificadora são emblemáticas enquanto projeto de cidade, na medida que são localizadas precisamente onde há interesses olímpicos e imobiliários (FREEMAN, 2012).

Neste contexto de violenta intervenção sobre a cidade, percebemos no Rio de Janeiro maior grau mobilização da sociedade civil organizada. Em parte, como desdobramento de organização preexistente, criada por ocasião dos Jogos Pan-americanos de 2007.

Procuramos aqui verificar semelhanças e diferenças entre os Jogos de 2012 e 2016. Há diferenças evidentes. Mas no plano mais geral, respondem ambos, em graus distintos, a um modo de “fazer cidade” que se tornou hegemônico. Em suma, os Jogos Olímpicos da atualidade estão articulados ao modo de gestão empreendedorista da cidade e suas estratégias de governança. Desfrutando de poder simbólico, acionam vultosos investimentos públicos, atraem interesses imobiliários e promovem a “acumulação por despossessão”, de que nos fala David Harvey. Ainda que cada caso, cada evento, cada cidade-sede apresente suas particularidades, níveis distintos de exercício da força, orçamentos distintos e graus igualmente distintos de impacto na cidade, no geral, o que fica como legado é um conjunto de instalações ociosas e onerosas. E uma geografia social bem menos generosa.

Referências bibliográficas

- ANDRANOVICH, G., BURBANK, M. e HEYNG, C. Olympic cities: lessons learned from Mega-Event Politics. *Journal of Urban Affairs*, v.23, n.2, pp. 113-131, 2001.
- BARRETT, C.; DYCKHOFF, T. Architecture of London 2012 : Vision Design Legacy: An Official London 2012 Games Publication, London, Dyckhoff Publisher, 2012.
- BARTH, G. *City People: the rise of modern city culture in nineteenth century America*. Oxford: Oxford University Press, 1980.

BIENENSTEIN, G., SANCHEZ, F., MASCARENHAS, G. The 2016 Olympiad in Rio de Janeiro: Who Can/Could/Will Beat Whom? Espaço e Sociedade (on line) ano 7, n. 19, 2012. Available: <http://www.uff.br/esportesociedade/index.html>.

BROHM, J-M. *Pierre de Coubertin, Le seigneur dès anneaux: aux fondements de l'olympisme*. Paris, Homnisphères, 2008.

BROUDEHOUX, Anne-Marie. Spectacular Beijing: the Conspicuous Construction of an Olympic Metropolis. *Journal of Urban Affairs*, 29 (4), 2007, pp. 383-399.

CAPEL, Horacio. El debate sobre la construcción de la ciudad y el llamado "Modelo Barcelona". *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 11, 2007, n. 233.

CARRERAS, Carles & TELLO, Rosa. *Aménagement urbain et aménagement stratégique à Barcelone: internationalization et nouveaux paysages urbains*. Collection "Petites et grandes villes du Bassin Méditerranéen". École Française de Rome Palais Farnese, 1998 (mimeo).

DELGADO, Manuel. *La ciudad mentirosa: fraude y miséria del modelo Barcelona*. Madrid, Catarata, 2007.

FREEMAN, J. Neoliberal accumulation strategies and the visible hand of police pacification in Rio de Janeiro. In: *REU*, Sorocaba, SP, v. 38, n. 1, 2012, p. 95-126.

GRAVARI-BARBAS, M. *La ville festive: espaces, expressions, acteurs*. Tese H.D.R., Université d'Angers, Angers (France), 2000.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao "empresariamento": a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: *Espaço & Debate*. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, nº 36, 1996, pp. 48-64.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *Le capitalisme contre Le droit à la ville: néolibéralisme, urbanisation, résistances*. Paris: editions Amsterdam, 2011.

HOGGART, K. e GREEN, D. *London: a new metropolitan geography*. London: Hoggart and Green editors, 1991.

HOLZ, J-M. (org.) *Les Jeux olympiques et leurs territoires*. Perpignan: Press Universitaires de Perpignan, 2011.

LENSKYJ, H. *Olympic industry resistance: challenging Olympic power and propaganda*. New York: State University of N. York Press., 2008

LIMA JUNIOR, P. *Uma estratégia chamada planejamento estratégico: deslocamentos espaciais e atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2010.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: : _____, ARANTES, O., e VAINER, C. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*. 3ª Edição Editora Vozes, Petrópolis, 2000.

MASCARENHAS, G. O ideário urbanístico em torno do olimpismo. Barcelona (1992) e Rio de Janeiro (2007): Os limites de uma apropriação. In: PEREIRA, E. (org.) *Planejamento Urbano no Brasil: conceitos diálogos e práticas*. Xapecó: Argos, 2008.

_____. Mega-eventos esportivos, desenvolvimento urbano e cidadania: uma análise da gestão da cidade do Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Pan-Americanos-2007. In: *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Universidad de Barcelona. Vol. XI, núm. 245 (13), 2007. Available: <http://www.efdeportes.com>

_____. A cidade e os grandes eventos olímpicos: uma geografia para quem? In: *LECTURAS: Educación Física y Deporte (on line)*. Año 8 - Nº 78, 2004. Available: <http://www.ub.edu/geocrit/nova.htm>.

MASCARENHAS, G., BIENENSTEIN, G., SÁNCHEZ, F. *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: FAPERJ e EdUERJ, 2011.

MASSEY, D. *World City*. London: Potety Press, 2007.

MCKAY, M. & PLUMB, C. Reaching beyond the gold: the impact of the olympic games on real state markets. *Centre d'Estudis Olímpics i de l'Esport*. <http://olympicstudies.uab.es> (acesso em 16 de maio de 2005).

MIAH, A. e GARCÍA, B. *The Olympics: the basics*. London and New York, Routledge, 2012.

PRONI, M. A reinvenção dos Jogos Olímpicos: um projeto de marketing. In: *Esporte e Sociedade*, ano 3, n9, 2008. Available: <http://www.uff.br/esportesociedade/index.html>.

RACO, M., TUNNEY, E. Visibilities and Invisibilities. In: *Urban Development: Small Business Communities and the London Olympics*, 2012. Urban Studies, xx(x), 2010, p. 1-23.

ROLNIK, R. *Olimpíada e Copa trazem prejuízo social*. (on line), 2010. Available: <http://raquelrolnik.wordpress.com>

SMITH, N. *The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City*. New York: Routledge, 1996.

VAINER, C.B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____. Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: *Anais do XIV Encontro da Associação Brasileira de Planejamento Urbano e Regional (ANPUR)*, Rio de Janeiro, 2011.

YOUNG, C. & TOMLINSON, A. Culture, Politics and Spectacle in the Global Events. In: _____ (orgs.) *National Identity and global Sports Events*. New York: N.Y. State University, 2006.